



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:
A prática das aulas de Educação Física no Desenvolvimento
Escolar**

Kênia Souza dos Santos

Professora-orientadora Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas
Professor tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas

Brasília (DF), Julho de 2014

Kênia Souza dos Santos

**A prática das aulas de Educação Física no Desenvolvimento
Escolar**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas e do Professor tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas.

Brasília (DF), Julho de 2014

TERMO DE APROVAÇÃO

Kênia Souza dos Santos

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: A prática das aulas de Educação Física no Desenvolvimento Escolar

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Otília Maria Alves da
Nóbrega Alberto Dantas – UnB/
FE/MTC

(Professora-orientadora)

Prof. Me. Marcos Alberto Dantas –
UnB/FACE/ADM

(Tutor-orientador)

Profa. Dra. Liliane Campos Machado-UnB/FE/MTC
(Examinador externo)

Brasília (DF), Julho de 2014

Dedico esse trabalho a todos os professores de Educação Física que são comprometidos e que colaboram para a melhoria dessa disciplina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor tutor Marcos Alberto Dantas pela paciência e disposição em ajudar em todas as etapas dessa pesquisa.

"O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele."

Immanuel Kant

RESUMO

O presente trabalho caracteriza-se como um trabalho de conclusão de curso de pós graduação, cujo título é Planejamento Participativo: a prática das aulas de Educação Física no desenvolvimento escolar, cujo objetivo geral é demonstrar o planejamento como mecanismo fundamental e imprescindível para o bom desempenho e sucesso do trabalho pedagógico no cotidiano escolar. Refletir sobre o processo histórico do planejamento implica reconhecer que planejar é essencialmente uma atividade humana. Na ocasião do planejar, as orientações obtidas pelos gestores nas reuniões gerais da rede são essenciais. O planejamento da educação na esfera das redes de ensino é o instrumento que possibilita a disseminação das políticas públicas educacionais entre os gestores, coordenadores pedagógicos e professores. Trata-se da integração das necessidades apontadas por todos os participantes deste processo de gestão: professores, gestores, diretores, alunos e demais funcionários da instituição de ensino. Por fim, foram feitos estudos e leituras e pesquisas para a formulação desse trabalho. A pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório com foco em questionários e análise bibliográfica.. A partir das análises realizadas percebeu-se que ter clareza em relação ao processo de construção do planejamento, dos meios para atingir os fins, da coerência com o PPP, do contexto sócio econômico, cultural, político e da participação coletiva nas tomadas de decisões é de fundamental importância para o bom desenvolvimento das práticas escolares.

Palavras-chave: Planejamento; Gestão escolar; Educação Física.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1.1 Planejamento Educacional.....	13
1.1.1 O Planejamento Participativo como ferramenta de gestão.....	15
1.1.2 Planejamento de ensino: uma contribuição ao coletivo docente.....	19
1.1.3 O Planejamento na Educação Física.....	24
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	35
3 ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES.....	46
APÊNDICE A: Questionário com os profissionais de educação.....	46
APÊNDICE B: Questionário com os alunos.....	48

INTRODUÇÃO

A escola precisa tomar em suas mãos o compromisso político e pedagógico para garantir uma educação de boa qualidade, caminhar em busca de uma autonomia crítica e coletiva, e para isso a integração de saberes e atitudes políticas dos educadores acena como uma possibilidade de transformação.

As barreiras que os professores, trabalhadores da educação, enfrentam para refletir criticamente a respeito do espaço coletivo escolar são inúmeras tais como currículo organizado por disciplinas; acúmulo de jornadas de trabalho; ausência de critérios para coordenação pedagógica e articulação das ações e práticas pedagógicas; direção/gestão escolar verticalizada e projetos pedagógicos desvinculados das realidades cotidianas além de outros.

Refletir sobre o processo histórico do planejamento implica reconhecer que planejar é essencialmente uma atividade humana. Vasconcellos (2006), explica que a sistematização do planejamento se dá fora do campo educacional, estando ligada ao mundo da produção (I e II Revoluções Industriais) e à emergência da ciência da Administração, no final do século XIX. Neste campo de saber são emblemáticos os nomes do americano Taylor (1856-1915) e do francês Fayol (1814-1925).

O planejamento participativo no âmbito da escola implica reavivar continuamente o processo de reflexão e ação da coletividade (da comunidade escolar). Implica ainda a busca da identidade institucional, ou seja, da identidade construída e reconstruída pela coletividade. Um dos fatores mais complexos na gestão democrática está exatamente no seu planejamento, visto que, em muitos momentos da educação brasileira, assumiu uma função burocrática.

O planejamento de ensino, ou planejamento pedagógico - o que está mais próximo da prática pedagógica e para ela desenvolvido - tem na figura do professor um agente privilegiado de transformação da realidade, relacionada ao interesse e a complexidade da ação a ser desenvolvida. é possivelmente uma das tarefas pelas quais os professores de educação física divergem da cultura das escolas.

O planejamento de ensino dos professores de educação física considera um objeto de estudo baseado na cultura corporal, não raras vezes limitado às aulas práticas. É neste ponto que este coletivo se difere dos demais da escola na questão do planejamento de ensino, há uma "liberdade", flexibilidade maior para programar e organizar sua prática pedagógica, baseando-me principalmente no plano de aula (produto), em que o professor pode estabelecer o que vai realizar naquela aula.

Há por parte dos professores de educação física, descrença no planejamento de ensino, manifestada por uma resistência ao colocar no papel o que se deseja. Acrescentamos elementos, não os consideramos como acabados na educação física, a prática do planejamento participativo é um exemplo pertinente, pois a construção se dá no sentido da flexibilidade de discutir as ideias de todos para a ação coletiva, a participação.

Ter clareza em relação ao processo de construção do planejamento, dos meios para atingir os fins, da coerência com o projeto político - pedagógico, do contexto sócio - econômico - cultural - político e da participação coletiva nas tomadas de decisões.

A docência é uma das atividades de maior importância no processo educativo, uma vez que é no exercício do trabalho que o professor desenvolve o processo de ensinar.

Ao determinar os conteúdos e os seus meios de desenvolvimento, o professor considera elementos essenciais da ordem de planejamento, como o projeto pedagógico e o plano escolar para a construção de um plano de ensino que contemple as necessidades dos alunos, com quem o professor estará agindo diretamente no momento da aula.

Cabe ressaltar a dinamização do trabalho dos professores no sentido de tornar a Educação Física Escolar interessante para os alunos, fazendo com que ela tenha objetivo e finalidades definidas e contribua para a formação dos jovens, atuando de forma interdisciplinar nas escolas.

Contudo está se deixando de levar em conta o contexto histórico do processo, os anos de existência da disciplina e o despreparo dos professores para atuar da forma definida pela LDB. A Educação Física no Brasil foi pensada enquanto prática nas escolas com propósitos profiláticos, morais e culturais. Não é de hoje que se

manifestam discursos a respeito da importância da Educação Física Escolar como uma questão de prevenção da saúde. A prática da atividade física objetiva o equilíbrio e a saúde do corpo, a aptidão física para a ação e o desenvolvimento dos valores morais.

A prática da Educação Física no Ensino Médio tem sido alvo de diversos estudos e discussões ao longo dos últimos anos. Distintos são os caminhos, desde o apontamento de fragilidades e potencialidades, até a sugestão de propostas de intervenção, encontrando dentro dele um ponto de comunhão, que busca a prática da Educação Física para o desenvolvimento de adolescentes.

A sua prática permite que seja mais do que um simples jogo ou um momento de relaxamento e descontração como muitos afirmam, mas um espaço de construção de conhecimentos e significados. Para que isso ocorra faz-se indispensável que o professor repense sua metodologia de ensino, ponderando a importância de planejar bem suas ações, elencando objetivos claros e que possam ser atingidos, selecionando conteúdos que estejam adequados aos interesses e necessidades de seus alunos, adotem procedimentos de ensino que favoreçam o aprendizado e avaliação dos mesmos, não a partir de um caráter performático, mas por meio da identificação de sua capacidade de apropriação e transformação do conhecimento partilhado.

Considerando esse contexto, o Centro de Ensino Médio 111 do Recanto das Emas (escola com uma estrutura física simples, porém disponibiliza duas quadras poliesportivas, sala de espelho e ginástica e sala de jogos) e o Centro de Ensino Médio 804 (escola nova que tem até vestiário para os alunos, mas disponibiliza apenas uma quadra poliesportiva) farão parte desse estudo onde estará sendo analisada a Educação Física integrada a uma proposta pedagógica da escola, e assim atendendo aos objetivos educacionais, observando o desafio para os administradores de escolas de fazer com que o corpo docente, discente, pais e toda comunidade possam entender a escola como um local de construção e crescimento coletivo. Portanto, torna-se necessário integrar sensivelmente a Educação Física à proposta da escola, bem como organizá-la em conjunto com aqueles que farão uso dela, ou seja, os alunos.

Para se ter uma aula de qualidade antes o professor tem que se planejar, pois ninguém é bom o suficiente para improvisar tudo, além de demonstrar que está ali só por estar, sem preocupação com o conteúdo dado aos seus alunos.

O planejamento deve ser feito sim, pois se houver algo a ser melhorado, o responsável por analisá-lo terá tempo de dar sugestão ao professor para que sua aula seja mais bem aproveitada, mas para que isso funcione a escola deve desenvolver parcerias com os professores através de reuniões e encontros pedagógicos. Assim, cada um poderá mostrar suas dificuldades e dar sugestões para o planejamento. É fundamental, ainda, assegurar o acompanhamento, a avaliação e o replanejamento, num movimento permanente de pensar e repensar a ação desenvolvida, o trabalho realizado. .

Portanto o planejamento das aulas de Educação Física deve servir para a escola, professor e para os alunos, que eles sejam favoráveis e funcionais a quem se destina, através de uma ação consciente e responsável, desconsiderando a noção de planejamento como uma receita pronta, pois cada sala de aula é uma realidade diferente, com problemas e soluções diferentes. Nesse sentido, cabe ao gestor, em conjunto com os demais profissionais da escola, adaptar o seu planejamento, para que assegure o bom desenvolvimento a que ele se propõe, que é o de guiar as práticas docentes em sala de aula e formar o aluno um bom cidadão.

Diante do exposto é possível declarar a seguinte problemática: **Como o planejamento possibilita aulas de Educação Física fundamentadas e atrativas para os alunos de ensino médio?**

Os objetivos constituem a *finalidade* de um trabalho científico, ou seja, a *meta* que se pretende atingir com a elaboração da pesquisa. São eles que indicam o que um pesquisador realmente deseja fazer. Sua definição clara ajuda em muito na tomada de decisões quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, afinal, temos que saber o que queremos fazer, para depois resolvermos como proceder para chegar aos resultados pretendidos.

Diante do exposto apresenta-se como Objetivo Geral “Demonstrar o planejamento como mecanismo fundamental e imprescindível para o bom desempenho e sucesso do trabalho pedagógico nas aulas de Educação Física”.

Os objetivos específicos ficaram assim definidos:

- a) Analisar os principais conteúdos vivenciados em aulas de Educação Física no ensino Médio;
- b) Apresentar os interesses manifestados pelos alunos das escolas CEM111 e CEM 804 do Recanto das Emas;
- c) Possibilitar um olhar diferente aos interesses e necessidades dos alunos, a partir de uma Educação Física participativa e planejada.
- d) Identificações pedagógicas que proporcione condições favoráveis à prática da Educação Física.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Planejamento Educacional

O início da educação no Brasil, de acordo com Gonçalves (2011), se deu no século XVI, originando-se com o descobrimento do país, por parte dos portugueses, e a imposição da educação jesuíta aos indígenas. Conforme a autora havia, na época, a compreensão de que povos como os índios brasileiros eram atrasados e selvagens, comparados aos povos europeus.

Arcanjo e Hanashiro (2010) colocam que, na cultura indígena, a escrita não existia por não ser considerada necessária, pois as crianças eram ensinadas pelos próprios pais e avós, através da fala e da visualização. A noção de educação dos indígenas era diferente da do restante do mundo, que envolvia a leitura e a escrita de línguas. Era uma educação baseada na sobrevivência e na boa convivência.

Refletir sobre o processo histórico do planejamento implica reconhecer que planejar é essencialmente uma atividade humana. Em contextos histórico-sociais, técnico-científicos e político-econômicos diversos observamos diferentes formas de transposição e ou adaptação das teorias administrativas para o campo educacional.

Vasconcellos (2006), explica que a sistematização do planejamento se dá fora do campo educacional, estando ligada ao mundo da produção (I e II Revoluções Industriais) e à emergência da ciência da Administração, no final do século XIX. Neste campo de saber são emblemáticos os nomes do americano Taylor (1856-1915) e do francês Fayol (1814-1925).

No Brasil, é a partir da Segunda Guerra Mundial que as práticas governamentais passaram a incorporar o enfoque do planejamento normativo tradicional na condução da política econômica.

A esse respeito as autoras Vieira e Albuquerque (2001) esclarecem que é somente a partir da ditadura militar que o planejamento é de fato instituído como sistemática governamental, conforme formalizado pelo Decreto-Lei nº 200/67. É

indispensável reconhecer a relevância e a complexidade dos estudos e pesquisas no campo da gestão democrática na escola que se relaciona com as diferentes concepções e práticas de planejamento.

O planejamento participativo no âmbito da escola implica reavivar continuamente o processo de reflexão e ação da coletividade (da comunidade escolar). Implica ainda a busca da identidade institucional, ou seja, da identidade construída e reconstruída pela coletividade. É por isso que o planejamento participativo passa a ter, então, forma de planejamento explícita por uma planificação participativa, conforme descreve Vianna, (1977, p.38):

É um conjunto de instrumentos técnicos a serviço de uma causa política. Sua intenção é obter a participação responsável e consciente das maiorias a favor de mudanças estruturais. A responsabilidade dessas maiorias afeta o processo decisório. A serviço dessas decisões, e buscando atingir seus objetivos de maneira mais rápida, racional e eficaz, é que se colocam as técnicas de planejamento.

É nesse momento histórico brasileiro que se pode observar as diferentes formas de financiamentos internacional e ao planejamento direcionado a implantação de planos e programas.

Um dos fatores mais complexos na gestão democrática está exatamente no seu planejamento, visto que, em muitos momentos da educação brasileira, assumiu uma função burocrática.

O planejamento no âmbito educacional pode ocorrer em diferentes níveis, dos sistemas de ensino, unidades educativas e o trabalho do professor no dia a dia escolar. A legislação indica alguns dos níveis de planejamento. A LDB (Lei nº 9.394/96), no artigo 9º, incumbe a União em elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). Aos Estados e Municípios constituírem seus sistemas de ensino. Aos estabelecimentos de ensino “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (art. 12), e aos docentes “participar da elaboração da proposta pedagogia do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (art. 13)

1.1.1 O Planejamento Participativo como ferramenta de gestão

Sander (1995, p. 2-3), esclarecendo a questão, afirma que “se a administração é uma prática milenar, o seu estudo sistemático é um fenômeno relativamente recente. (...) A busca do conhecimento científico e tecnológico na administração e na gestão da educação é uma constante”.

Aliado a todo o desenvolvimento e sofisticação dos insumos materiais e intelectuais, que auxiliam e aceleram as formas pelas quais se estabelecem as relações sociais, culturais e econômicas, entre outras, o processo de gestão educacional e escolar, produzido na ponta dos sistemas, tem necessidade de se ajustar, adaptar e interagir face a estas circunstâncias, sob pena de tornar a escola um ente obsoleto e desnecessário à vida social.

Sobreviver neste “admirável mundo novo” requer das unidades escolares novas posturas, novos paradigmas e novos desafios, com os quais terão de conviver na construção de suas relações cotidianas.

Essa situação descrita sugere que, entre outras necessidades, o trabalho a ser desenvolvido neste “locus” tenha “sua elaboração fundamentada em um referencial teórico consistente e respaldado na pesquisa constante das práticas desenvolvidas pela escola, não se devendo abrir mão da participação coletiva nesse processo” (SOUZA e CORRÊA, 2002, p.52).

Pode-se, enfim,

ressaltar que a participação” como indicadora de conscientização e atuação cidadã, permite ser traduzida como “a construção de uma educação que tenha a cara da nossa realidade e dos nossos sonhos e não apenas o resultado de leis. É fruto também do nosso compromisso com um projeto de sociedade. (SOUZA e CORRÊA, 2002, p.71).

Neste sentido, é correto deduzir que, para atender as exigências contemporâneas da construção do “edifício” educacional/escolar, intensificam-se as instâncias do processo de administração/gestão nas relações políticas e culturais

que envolvem os agentes dessa ação, a partir da constatação da crescente complexidade dos sistemas de ensino.

Pelo narrado e por todo o embasamento teórico que alicerça o assunto, considera-se que o planejamento escolar é um componente imprescindível do processo de administração/gestão que pode contribuir para o estabelecimento de ações mais refletidas, analisadas e discutidas e, conseqüentemente, mais apropriadas, equânimes e objetivas; o que, certamente, concorre para o alcance das decisões, no tempo previsto, com os recursos possíveis e em função dos objetivos determinados.

Segundo pesquisas realizadas por Paro (1999 p.11), “o problema da Administração Escolar, no Brasil, tende a se movimentar entre duas posições antagônicas”, onde uma das vertentes aceita como natural a aplicação de critérios e princípios da Administração Geral no processo de organização escolar, outra parcela entende que os objetivos e finalidades daquele modelo de administração não se coaduna com as necessidades e particularidades do procedimento educacional, primordialmente, quando se verifica a condição dos envolvidos – professores e alunos – como meios e fins desse modo particular de produção.

Destaca-se o pensamento de Sander (1995, p.157) sobre o processo de gestão democrática e qualidade de educação: os procedimentos administrativos, os processos técnicos e a missão das instituições educacionais devem ser concebidos como componentes estreitamente articulados de um paradigma compreensivo de gestão para a melhoria da qualidade de educação para todos, já que da qualidade da gestão corretamente concebida e exercida depende, em grande medida, a capacidade institucional para construir e distribuir conhecimento, definido como o fator chave dos novos padrões de desenvolvimento e da nova matriz de relações sociais.

Retomando a questão do planejamento de modo amplo e, de acordo com Hora (2007, p. 42-44), os teóricos da administração escolar procuram utilizar-se das teorias de administração de empresas, entendendo que é nelas que se encontra a fundamentação teórica capaz de promover o funcionamento da organização escolar de acordo com as expectativas da sociedade.

Da mesma forma Gonçalves (2003, p. 29) coloca que de nada adiantaria o domínio dos fundamentos e das técnicas de planejamento se estes não estivessem voltados para orientar políticas de intervenção nos mais diversos campos de ação humana.

Assim, é preciso entender o planejamento como fundamental para garantir que os objetivos propostos sejam atingidos, ao todo ou em parte, conforme a execução das ações efetivamente planejadas. Conforme Vasconcelos (2011), analisar a realidade particular de cada escola, torna-se uma tarefa fundamental no processo de planejamento, pois não identifiquei o problema, ou seja, o mesmo "problema" deve ser pensado de forma diferente, em distintas realidades escolares.

Claramente, o processo de planejamento é composto por algumas fases e, mesmo o planejamento participativo, instrumento da gestão democrática, possui estes momentos, em que é possível analisar o andamento das ações propostas. Vasconcelos (2011) coloca quatro fases distintas e ininterruptas: Planejar, Preparar, Acompanhar e Revisar.

Em um primeiro momento, é preciso planejar o que efetivamente se deseja fazer, elencando os pontos a serem transformados e o que deve ser feito para que tais mudanças aconteçam. A seguir, é preciso preparar os materiais, os recursos e os indivíduos que estarão ligados diretamente neste processo. O acompanhamento significa visualizar, de perto, como o processo está se desencadeando para, na última etapa, propor revisões e mudanças, caso sejam necessárias.

Alguns autores colocam o planejamento educacional de outro modo. Há três grandes momentos no processo de planejamento educacional, que incluem a realização de planos, a execução das ações e a avaliação dos processos e resultados. "Um planejamento exige o estabelecimento de um diagnóstico da realidade a que se destina [...]". (BRUEL, 2010, p. 45)

Para eles, o principal objetivo deste tipo de planejamento está na realidade na qual a escola está inserida. Portanto, é importante conhecer e diagnosticar as possibilidades existentes na comunidade local, para que o planejamento e, conseqüentemente, os resultados alcançados, sejam condizentes com as demandas sociais existentes. Para isso, a participação de todos é muito importante.

Na ocasião do planejar, as orientações obtidas pelos gestores nas reuniões gerais da rede são essenciais. Elas devem ser compartilhadas com a equipe, que tem ainda de resolver outras questões que dizem respeito somente à escola, como a grade horária das disciplinas, a divisão das turmas e o calendário de atividades do ano. (MONTEIRO, 2009, p. 3)

No decorrer das atividades gestoras de uma escola, são realizados encontros, referentes aos trabalhos internos da própria escola, com os colaboradores da mesma, além de reuniões e encontros no âmbito da rede nacional na qual a escola está inserida, sendo possível o compartilhamento de experiências e a proposição de soluções para determinados assuntos problemáticos.

Conforme Couto (2007), o planejamento educacional torna-se necessário, tendo em vista as finalidades da educação, mesmo porque, é o instrumento básico para que todo o processo educativo desenvolva sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda ação educativa. Diagnosticar a realidade significa, portanto, identificar quais as ações a serem executadas para a melhoria da qualidade de ensino e a democratização do saber.

O planejamento da educação na esfera das redes de ensino é o instrumento que possibilita a disseminação das políticas públicas educacionais entre os gestores, coordenadores pedagógicos e professores. Esse é o primeiro passo para que as políticas nacionais, estaduais ou municipais sejam incorporadas ao cotidiano escolar. (MONTEIRO, 2009, p. 1). Nesse sentido, o Planejamento Participativo encontra a sua relevância no contexto educacional. Trata-se da integração das necessidades apontadas por todos os participantes deste processo de gestão: professores, gestores, diretores, alunos e demais funcionários da instituição de ensino.

De acordo com Gandin (2004, p. 15), o Planejamento Participativo consagra a necessidade de um projeto político, mostra como estruturá-lo e como organizar um processo técnico que lhe seja coerente, além de estabelecer a participação como elemento chave de uso do poder em todos os graus, organizando instrumentos para realizá-la.

É notória a importância da integração dos instrumentos, estando o Planejamento Participativo ligado ao Projeto Político Pedagógico. Significa dizer que

as ações a serem planejadas e executadas devem ser coerentes entre si, além de serem coerentes com a realidade social, conforme colocado anteriormente.

Resultante do processo de planejamento surge à necessidade da formulação de um plano. O plano é um instrumento que mostra qual foi o propósito estabelecido pelo planejamento, ele permite programar as atividades e ações para realizar os objetivos estabelecidos no planejamento. (KOETZ, 2009, p. 72)

Sem a existência de um plano específico, as ações a serem executadas tornam-se soltas no espaço e no tempo, não sendo direcionadas de maneira correta para que sua execução permita atingir os resultados esperados. É este o significado de um Projeto Político Pedagógico: permitir que haja um documento norteador das ações de todos que se encontram envolvidos no processo educacional.

O principal objetivo do Planejamento Participativo é, portanto, conduzir a instituição e os educadores a definir o rumo que querem tomar, indicando as ações concretas que serão contempladas a fim de alcançar os ideais de transformações traçados.

Conforme Oliveira (2010), o planejamento participativo visa, principalmente, estabelecer prioridades para todos os envolvidos no processo educacional e nada mais é que um ato de cidadania, visto que este processo possibilita a definição do tipo de educação desejada pela instituição escolar. Resta aos participantes deste processo colocarem em prática aquilo que fora planejado, comprometendo-se com a construção de uma nova realidade educacional.

1.1.2 Planejamento de ensino: uma contribuição ao coletivo docente

O Trabalho Coletivo Docente refere-se a uma ação coletiva intencional, ou seja propositiva, deliberada, estimulada por políticas educacionais, que envolve um fazer – um conjunto de procedimentos e um pensar –, um conjunto de ideias que fundamenta a ação. O que é uma ótima oportunidade para que os diretores de escola incentivem a troca de experiências e a integração entre os professores

Esta ação não é construída ou implementada numa escola por decreto ou pelo ato da instituição e sim é constituída no processo, pois a prática, o fazer que dão sentido e significado à ação coletiva.

Os docentes no processo de ação coletiva são sujeitos portadores, a princípio, de uma identidade individual, com seus valores, crenças e ideologias, previamente configurada. No processo de trabalho coletivo, eles reconstroem essa identidade, ou a resignificam, conforme passam a formar um coletivo e a formar um sujeito coletivo. Entretanto, esse processo não é espontâneo nem automático. Talvez nem sequer ocorra.

São necessárias certas condições para que aconteça, tais como: uma dada conjuntura política favorável à organização de processos associativos, um ambiente de estímulo à participação social, e não de controle e regulação de condutas e, fundamentalmente, uma conjuntura política entre os sujeitos participantes da ação que lhes favoreça uma leitura de mundo em que suas políticas tenham sentido e significado num contexto maior, de esperança por mudanças. Mudança de mentalidades, mudanças de práticas que arquivem entulhos autoritários e abram caminhos para a construção de exercícios de democracia e liberdade.

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (MELUCCI, apud GOHN, 2004, p.154).

O que caracteriza uma ação coletiva é o compartilhamento de objetivos e interesses, formulações, teorias, as motivações comuns que levem a aderir a um determinado trabalho. O fato dos docentes estarem reunidos num mesmo espaço e tempo não significa coletivo, pois talvez estejam realizando um trabalho de orientação individualista, no qual cada um atua por razões próprias e diversas do outro.

Em sua teoria da ação coletiva, Melucci apud Gohn (2004) nos diz sobre o princípio de solidariedade que une o grupo e que costura as diferenças ali

existentes. A solidariedade orienta a ação coletiva. Esta solidariedade é construída a partir de um compartilhamento de metas e objetivos nas ações coletivas.

É importante destacar que numa ação coletiva, as relações nem sempre são harmoniosas. Ao contrário, supõe a existência de inúmeros conflitos e constantes negociações entre os atores. Quanto mais transparente e democráticas são as relações sociais, mais conflitos podem surgir.

Melucci apud Gohn (2004) ainda estabelece como vértice da ação a identidade do grupo, que se caracteriza por laços de pertencimento individuais, advindos de experiências anteriores, que se cruzam no trabalho coletivo e configuram a identidade coletiva do grupo.

A identidade coletiva é a definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar (MELUCCI, apud GOHN, 2004, p.158). A identidade coletiva implica interação, negociação, trocas emocionais e afetivas entre os indivíduos, ou seja, é um processo compartilhado.

Vianna (1999) lembra-nos que a identidade coletiva é um Processo no qual os atores produzem “quadros cognitivos” comuns de compreensão da realidade na qual atuam e que lhes permitem calcular os custos e benefícios da ação com bases nas negociações estabelecidas, nas relações entre os atores e no reconhecimento emocional.

As ações coletivas são construídas a partir de um processo relacional que leva à identidade do grupo. Os atores coletivos são constituídos a partir dos atributos que escolhem e incorporam como aqueles que são os melhores para definir suas ações. Essas ações supõe o conflito e a alteridade, mas também o reconhecimento e o pertencimento dos indivíduos no grupo. Na análise da ação coletiva, é importante conhecer os processos pelos quais os indivíduos se reconhecem e avaliam aquilo que os agrupa, que os faz agirem juntos.

Muitas vezes, o fato de os/as docentes estarem reunidos num mesmo espaço e tempo não significa coletivo, pois talvez estejam realizando um trabalho de orientação individualista, no qual cada um atua por razões próprias e diversas do outro. O que realmente vai caracterizar uma ação coletiva será o compartilhamento

de objetivos e interesses, as motivações comuns que levem a aderir a um determinado trabalho. Laços e vínculos entre os participantes, construídos no passado ou tecidos na atualidade, são fundamentais para gerar as ações compartilhadas.

A questão de se ter estabelecido trabalho coletivo numa instituição escolar ou criado um espaço ou horário para trabalhar coletivamente não significa que realmente ocorre uma ação coletiva docente importante. Poderá ser apenas uma reunião, um ajuntamento, uma quebra na rotina.

A ação coletiva envolve organicidade, conexões, redes, interações, formação de vínculo e participação. A última tem um lugar importante na construção do coletivo e no exercício da democracia.

Durante o processo participativo, o indivíduo aprende que tem de levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros. Quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo. A democracia é processual, e processos geram aprendizados em seus diferentes momentos.

A participação tem uma função integrativa, pois auxilia no acolhimento das decisões, faz surgir o senso de cooperação e aumenta a harmonia do grupo. Desenvolve atitudes de cooperação, integração, comprometimento com as decisões e divisão de responsabilidades na construção coletiva de um processo.

Ao refletir sobre o trabalho coletivo docente é preciso também analisar, em profundidade, os elementos que constituem o cotidiano escolar (ações e projetos coletivos, hábitos, rotinas etc.), buscando compreender e interpretar os sujeitos e as situações, as falas, as expressões escritas dos atores, apoiando-se num referencial teórico. Caso contrário, a abordagem teórica do cotidiano torna-se mera descrição dos elementos que o constituem ou a apresentação da fala dos entrevistados torna-se uma “versão definitiva da realidade”.

Investigar as especificidades do cotidiano escolar é tarefa das mais urgentes, para tentarmos compreender, por exemplo, como os atores escolares se apropriam das normas oficiais, dos regulamentos, das inovações; que peso têm as relações sociais na aceitação ou resistência a essas normas; que processos são gerados no dia-a-dia

escolar para responder às demandas das políticas educacionais, aos anseios das famílias e aos desafios do ensino na sala de aula. O conhecimento advindo dessas questões é fundamental para a definição de políticas públicas, para a gestão dos sistemas educativos e para a formação de educadores. (ANDRÉ, 2006, p.13)

Desenvolver uma ação coletiva numa unidade escolar e operacionalizá-la nos leva a uma teia de saberes sobre o processo coletivo, que é assimilado e incorporado pelo grupo docente e cria uma cultura do grupo que poderá ser diferente da cultura institucional vigente.

Conhecer o trabalho coletivo dos/as professores/as significa olhar mais de perto as dinâmicas das relações que constituem o seu dia-a-dia, revelando suas múltiplas dimensões, refazendo seu movimento, apontando suas contradições, limites e possibilidades, dentro de um referencial teórico.

O grupo poderá modificar a cultura do trabalho docente, pois o trabalho coletivo não é algo dado ou tutelado, é algo a ser construído, apreendido e conquistado exigindo, do grupo de pessoas envolvidas no processo, disponibilidade para mudar, participar, rever princípios e práticas.

Os valores, as crenças, os hábitos, os pressupostos, os pensamentos, as falas, a forma pela qual os/as professores/as realizam e compartilham suas funções, o modo pelo qual se relacionam e se articulam, compõem a cultura docente que se articula com a cultura escolar e com a cultura da escola. Na construção das práticas docentes, estão imbricados significados e valores originados em sua cultura, em sua trajetória histórica na forma pela qual essa cultura dialoga com a formação do professor, com o cotidiano escolar que enfrenta.

As próprias mudanças propostas pela administração pública geram impacto, incorporação, reelaboração, ou mesmo rejeição, por parte dos educadores, influenciando a cultura docente.

Criar uma cultura de trabalho coletivo se faz necessário porque os problemas educacionais têm hoje tal complexidade que é muito difícil resolvê-los individualmente. Sem uma vivência coletiva e partilhada da profissão, nada será alterado. Essa cultura de trabalho coletivo implica rompimento do isolamento do

professor e construção de um diálogo profissional. Faz com que estudem, leiam, procurem alternativas para enfrentamento de sua prática pedagógica.

Os professores têm um conjunto de saberes (formado pela teoria, prática, e experiência profissional) que vale a pena ser compartilhado, e nesse compartilhamento se diversificam o repertório pedagógico e os seus instrumentos de intervenção.

Nóvoa (2004, p.5) diz que a vivência coletiva entre os professores abre novas possibilidades, proporciona novas ferramentas teóricas e metodológicas “que lhes permitem pôr em prática ideias e perspectivas que já aderem, mas que não sabem pôr em prática”.

Ao tratar a cultura docente, não há como remeter a significados e valores que estão presentes na ação coletiva dos professores e que fundamentam o Projeto Político Pedagógico da escola.

Planejamentos, aulas, reuniões, avaliações e demais atividades da escola que sobrecarregam os professores em muitas situações, e mesmo no seu cotidiano, sempre há que se encontrar espaço para revisar, planejar, e organizar sua prática pedagógica. A didática, seja na formação profissional, seja na qual nos confrontamos em nosso cotidiano, dedica-se ao longo dos anos, ao estudo e aprofundamento do elemento ou ferramenta planejamento de ensino, como forma de orientação, cumprindo com o seu propósito de dar suporte e respostas baseados nos referenciais teóricos sobre a prática.

1.1.3 O Planejamento na Educação Física

O planejamento de ensino, ou planejamento pedagógico - o que está mais próximo da prática pedagógica e para ela desenvolvido - tem na figura do professor um agente privilegiado de transformação da realidade, relacionada ao interesse e a complexidade da ação a ser desenvolvida.

Por ser o trabalho docente exigente, formador, exige planejamento à altura, para evitar o que alguns autores chamam de "improvisação ou acaso" (Gandin, 1991 — Karling, 1991 - Libâneo, 1994 - Gandin e Cruz, 1995 - Vasconcellos, 1995). Ao mesmo tempo, surge o questionamento dos professores em geral sobre o por quê do planejamento de ensino e da sua expressão escrita na forma de planos, o "planejar para quê?" (Fleuri, 1987), e "porquê?" (Corazza, 1997), sendo que muitos professores ainda associam o planejamento e a realização de planos como um trabalho burocrático desnecessário.

Segundo Molina Neto (1996), a realização de planos para os professores de educação física:

(...) é possivelmente uma das tarefas pelas quais os professores de educação física divergem da cultura das escolas. De um lado a cultura escolar opera e da forma sua estrutura com base na escritura, por outro lado o coletivo, como já demonstrei, opera com a palavra oral e a linguagem corporal. O coletivo considera a tarefa de fazer planos escritos pouco necessária e uma tarefa feminina.

O planejamento de ensino dos professores de educação física considera um objeto de estudo baseado na cultura corporal, não raras vezes limitado às aulas práticas. É neste ponto que este coletivo se difere dos demais da escola na questão do planejamento de ensino, há uma "liberdade", flexibilidade maior para programar e organizar sua prática pedagógica, baseando-se principalmente no plano de aula (produto), em que o professor pode estabelecer o que vai realizar naquela aula.

Fica aqui caracterizado um movimento do professor no ato de planejar que é considerado importante destacar, que é a centralização da decisão do o quê fazer, podendo estar vinculado aos interesses únicos do professor, desconsiderando desta forma, a participação preciosa dos alunos nas decisões, caracterizada dentro da educação física como Ensino Aberto.

Para que possa haver participação nas tomadas de decisões, é necessário ter clara a visão de processo, da caminhada para atingir os objetivos, sendo que estes devem necessariamente ser coerentes com o projeto político - pedagógico da escola.

O coletivo precisa da referência do projeto para construir a participação de todos, e acima de tudo, vivenciar a participação nas decisões que estabelecem os pressupostos dessa educação que a escola ou instituição quer. A partir dessa etapa, o coletivo constrói o seu planejamento de ensino, quer seja o plano de curso, de unidade ou o plano de aula, este último individual, e coerente como projeto político - pedagógico e o contexto escolar.

Há por parte dos professores de educação física, descrença no planejamento de ensino, manifestada por uma resistência ao colocar no papel o que se deseja. Há que se considerar a prática negativa, ou equivocada de realizar planejamento, muito comum há pouco tempo atrás nas escolas, onde os planos eram uma tarefa mecânica, para cumprir um ritual de formalidade, completamente sem sentido e frequentemente de controle de atividades ditas como necessárias à escola, cobrados por coordenadores, orientadores e supervisores. A resistência a este discurso burocrático, foi uma prática de negação ao planejamento, não menos equivocada e baseada, o que acarretou em diversas aulas não planejadas e displicência por parte dos docentes.

Penso que aconteça também o que chamaria de "vício" do professor de educação física na questão do planejamento de ensino, que é o fato de considerar que seu tempo de experiência como professor substitui o planejamento, e que o mesmo é para quem está começando a dar aulas, o que também acontece com professores de outras disciplinas.

A experiência é importante para qualquer ação humana, na medida em que se já nos defrontamos com aquela situação, já temos elementos a considerar para reconstruir nossa ação e conseqüentemente, atingir os objetivos a que nos propusemos. Acrescentamos elementos, não os consideramos como acabados na educação física, a prática do planejamento participativo é um exemplo pertinente, pois a construção se dá no sentido da flexibilidade de discutir as ideias de todos para a ação coletiva, a participação.

Não é possível imaginar uma ação pedagógica sem planejamento, improvisada. O ato de planejar é intrínseco à educação (PADILHA, 2001). O professor com claras ideias de seus objetivos e da sua responsabilidade para concretizá-los, deve planejar adequadamente suas tarefas (ALUJAS, 1980).

Ter clareza em relação ao processo de construção do planejamento, dos meios para atingir os fins, da coerência com o projeto político - pedagógico, do contexto sócio - econômico - cultural - político e da participação coletiva nas tomadas de decisões. Considerar que o professor de educação física planeja sua ação docente diferente, porque não escreve, mas mentaliza simplesmente o que vai fazer, é uma das considerações sobre a possibilidade e a necessidade de estudo referente a particularidade dessa programação, seja em nível de planos de aula, sem desconsiderar os demais níveis de planejamento de ensino -plano de curso e de unidades - que orientam a prática pedagógica desse coletivo docente.

Quaisquer ações e atitudes são formativas, havendo ou não intencionalidade. E a educação “abrange o conjunto de influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social”, ocorrendo de forma não intencional ou intencional.

A educação não-intencional compreende as situações em que o indivíduo, como mero espectador ou como participante, aprende as ideias, atitudes e comportamentos, em função dos mesmos pré-estabelecidos (RIBEIRO, 1983). caracteriza principalmente pela forma natural com que ocorre, sem qualquer planejamento ou sistematização. A educação formal e a não-formal (intencionais) se apresentam de forma estruturada, organizada, sistematizada. É nesse sentido que

Libâneo (2005) afirma haver uma interpenetração das diferentes modalidades de educação uma vez que A escola não pode eximir-se de seus vínculos com a educação informal e não-formal; por outro lado, uma postura consciente, criativa e crítica ante os mecanismos da educação informal e não-formal depende, cada vez mais, dos suportes da escolarização.

Ao considerar o aluno como um todo a escola assume o compromisso de colaborar para que ele acrescente ao conhecimento trazido, outros relevantes que sirvam como suporte para o crescimento intelectual, para a descoberta de novas formas de aprender.

Uma vez que é também uma instituição formadora de seres humanos, na escola a educação ocorre de forma intencional produzindo relações pedagógicas. Essas relações compreendem “todo fato, influência, ação, processo, que intervém

na configuração da existência humana, individual ou grupal, em suas relações mútuas, num determinado contexto histórico-social” (LIBÂNEO, 2005).

A educação é objeto de conhecimento da pedagogia, ciência que investiga os fatores que concorrem para a formação humana. Dessa forma, a educação intencional compreende as situações em que o grupo, no qual e para o qual o indivíduo se educa, prepara condições a fim de suscitar ideias, atitudes e comportamentos que, dados certos padrões e valores pré-estabelecidos no próprio grupo, este mesmo julga indispensáveis à perfeita incorporação e ajustamento do educando em seu seio. (RIBEIRO, 1983, p. 71)

A ação pedagógica dá uma direção, um rumo as práticas educativas, conforme esses interesses. O processo educativo se viabiliza, portanto como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente. Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. (Ibidem, p.34)

O ensino, enquanto objeto da didática, ocorre de maneira formal, voltado para ações que ocorrem na instituição escolar cumprindo objetivos pré-definidos, tendo como função essencial “a socialização criadora e recriadora de conhecimento e cultura” (RIOS, 2003, p. 52). E ao professor cabe intervir pedagogicamente tomando decisões que levem o aluno a realmente aprender.

A docência é uma das atividades de maior importância no processo educativo, uma vez que é no exercício do trabalho que o professor desenvolve o processo de ensinar. Acreditando nisso, concordamos com Veiga (1989, p.16) quando afirma que a prática pedagógica é “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, inserida no contexto da prática social”.

Ao determinar os conteúdos e os seus meios de desenvolvimento, o professor considera elementos essenciais da ordem de planejamento, como o projeto pedagógico e o plano escolar para a construção de um plano de ensino que contemple as necessidades dos alunos, com quem o professor estará agindo diretamente no momento da aula.

O planejamento das ações na escola parte do conhecimento do projeto pedagógico. Portanto, um bom projeto é aquele que tem a participação de todos os

segmentos que dela fazem parte: direção, coordenação, professores, alunos, funcionários e pais.

O planejamento geral das atividades de uma escola é o processo de tomada de decisão quanto aos objetivos a serem atingidos e a previsão das ações, tanto pedagógicas como administrativas que devem ser executadas por toda equipe escolar, para o bom funcionamento da escola (HAIDT, 2001, p.95).

Racionalização, coordenação e organização da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática da atividade social” (LIBÂNEO, 1994, p. 222). Dessa forma, podemos entendê-lo como um documento mais global, com orientações gerais que sintetizam as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e também as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos (Ibidem, p. 225).

No plano escolar é que se faz a previsão dos componentes curriculares que se desenvolverão ao longo do curso, definindo os objetivos e programando os conteúdos de cada um. É nesse momento que se pode pensar na interdisciplinaridade como processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento.

Ao planejar as ações a serem realizadas junto aos alunos, antecipando de forma organizada as etapas do trabalho, quanto aos objetivos a atingir, os conteúdos a serem desenvolvidos, os procedimentos a serem utilizados como estratégias de ação e prever os instrumentos de avaliação, o professor estará construindo o seu plano de ensino, que Libâneo (1994, p. 225) assim define

O plano de ensino (ou plano de unidades) é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico.

Nessa etapa é o momento do professor elaborar as ações de acordo com os objetivos contidos no plano escolar, decorrentes do projeto pedagógico, definindo os objetivos específicos de sua área, bem como os conteúdos que pretende desenvolver e a forma como pretende fazê-lo. A partir dessa etapa poderá planejar suas aulas de forma adequada e coerente.

Será que é necessário que o professor de educação física "preencha formulários" ao organizar sua prática pedagógica? Pois estes servem apenas para entregar para orientador-coordenadores, para que possam ter elementos de controle sobre o trabalho e o coletivo docente. Menos ainda, que não haja um registro do que se planeja que aconteça simplesmente uma organização mental das atividades, pois desta forma, fica o dito pelo não escrito, a prática pela prática apenas, quando a sua justificativa (organização/ previsão dos objetivos) se baseia em si própria, dificultando ao longo do processo de execução a sua avaliação e a do próprio processo.

O professor precisa planejar sempre suas aulas a fim de garantir o desenvolvimento tranquilo e objetivo do processo educacional. O professor de Educação Física, em alguns casos até mais do que os outros, necessita se programar bem antes de suas aulas para acabar com a mística de que professor de Educação Física não faz nada, que só dá bolas para os alunos jogarem e também porque nem sempre é oferecido a esta disciplina as condições necessárias para a realização das aulas, pois muitas escolas nem quadra têm e cabe ao professor vencer essas barreiras, por isso ele deve planejar-se, já que mesmo planejando o trabalho é árduo, agora imagine sem planejamento, com certeza o sucesso do processo será prejudicado.

A relevância do planejamento de ensino resida no fato de ser necessário à ação docente do professor de educação física, e como tal ser merecedor de estudos e pesquisas que possibilitem não somente a reflexão sobre o tema, mas considerar possibilidades de fazer planejamento diferentemente do modelo burocrático e sem sentido. Esta nova concepção deve necessariamente afirmar a sua importância no cotidiano, do comprometimento do professor com a sua ação educativa crítica e reflexiva, e a concretização dos objetivos existentes nas propostas pedagógicas construídas pelas escolas (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - Lei nº 9394/ 96, art. 12, parágrafo I).

Entende-se a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o para usufruir os jogos, os

esportes, as danças, as lutas e as ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Ao contrário da Lei n 5.692, que explicitava a obrigatoriedade da Educação Física Escolar em todos os níveis e ciclos do ensino de primeiro e segundo graus, a atual LDB (Lei n 9.394/96) em seu parágrafo terceiro, art. 26, refere-se à Educação Física como componente curricular integrado à proposta pedagógica da escola, diferente do tratamento que é dado às Artes, no parágrafo segundo, que especifica a sua obrigatoriedade.

Cabe ressaltar a dinamização do trabalho dos professores no sentido de tornar a Educação Física Escolar interessante para os alunos, fazendo com que ela tenha objetivo e finalidades definidas e contribua para a formação dos jovens, atuando de forma interdisciplinar nas escolas.

Contudo está se deixando de levar em conta o contexto histórico do processo, os anos de existência da disciplina e o despreparo dos professores para atuar da forma definida pela LDB. Não se levou em conta que a maioria das atividades desenvolvidas nas escolas são as práticas, com pouca ou nenhuma reflexão por parte dos alunos sobre o significado da disciplina, ou da necessidade de atividades físicas como uma forma de vida ativa e sua contribuição para a vida diária do cidadão. As aulas de Educação Física eram dinamizadas sob a égide da Legislação, que estabelecia como norte a aptidão física e a iniciação desportiva, como se as escolas oficiais e a maioria das privadas oferecessem condições para este fim.

Inúmeros trabalhos e pesquisas indicam que a disciplina Educação Física Escolar vem se baseando uma prática excludente, muitas vezes voltada para a formação de equipes desportivas representativas das escolas, vista pelos alunos como uma prática recreativa, como uma forma de quebrar o tempo do ensino intelectual e um ótimo espaço para os professores de outras disciplinas depositarem aqueles alunos “indesejados” da sala de aula.

Um dos maiores problemas encontrados nessa disciplina em âmbito nacional é a própria fala de professores e alunos acreditando que a Educação Física não possui relevância para manter-se no âmbito escolar, ministra conteúdos repetitivos e sem aplicabilidade no cotidiano e não motiva para a prática permanente.

Relacionados com esses interesses, alguns trabalhos apontaram para a diminuição da participação, entusiasmo e interesse nas aulas de Educação Física, das primeiras para as últimas séries do ensino fundamental (CORBIN, 1981, e de ROSS & GILBERT, 1985).

A percepção de aspectos negativos das aulas de Educação Física, tidas como desestimulantes, cansativas, repetitivas, desinteressantes e desorganizadas, mais acentuados em correspondência com o avanço no nível de escolarização (BETTI, 1995; BRITO, 1990; ESPIT, 1990).

Para o Conselho Federal de Educação Física CONFEF tem sido arrolado, dão conta que a Educação Física Escolar não tem sido capaz de convencer a sociedade sobre a importância de sua presença na escola. A concepção ainda é a de que Educação Física na escola se resume a correr, jogar bola, fazer ginástica e brincar.

O primeiro ato concreto para a promoção de mudanças seria traçar um diagnóstico, reconhecer os diversos momentos históricos e as práticas dinamizadas e revolucionar o processo. É preciso sair da paralisia, encarar a questão e partir para apresentar alternativas, promover Fóruns, Seminários e Congressos com os professores, analisando profundamente os problemas, com atualizações e reciclagens para uma retomada de posição.

A Educação Física no Brasil foi pensada enquanto prática nas escolas com propósitos profiláticos, morais e culturais. Por falta até mesmo de formação adequada muitos professores - chamados no passado de instrutores - aplicavam para crianças exercícios praticados nos quartéis.

Entre os profissionais, sempre houve controvérsias quanto ao tipo de atividades físicas que deveriam ser ministradas para escolares. Havia aqueles que defendiam os exercícios ginásticos e, de outro lado, os que destacavam a recreação. Não é de hoje que se manifestam discursos a respeito da importância da Educação Física Escolar como uma questão de prevenção da saúde. Azevedo (1920) apontava para a Educação Física uma intervenção social, de modo a ensinar hábitos de higiene aos alunos e, ao mesmo tempo, a desenvolver um corpo sadio.

A prática da atividade física objetiva o equilíbrio e a saúde do corpo, a aptidão física para a ação e o desenvolvimento dos valores morais. Sob a denominação

comum de educação física e desportiva o consenso mundial reúne todas as atividades físicas dosadas e programadas, que embora pareçam idênticas na sua base, têm finalidade e meios diferenciados e específicos.

O meio específico da educação física é a atividade física sistemática, concebida para exercitar, treinar e aperfeiçoar. De acordo com a intenção principal que anima a atividade física, ela se desdobra em exercícios educativos propriamente ditos, os jogos e os desportos. Face à informalidade de que se reveste sua prática, os jogos e os desportos têm um poder maior de mobilização que os exercícios educativos, sendo recomendável, portanto para melhor eficácia da educação física a integração das formas

O Plano apresentava ainda algumas diferenças em relação à Lei n 6.251/75, que tratava da Política Nacional de Educação Física e Desportos, dando uma direção à prática desportiva de forma mais explícita. De acordo com seu art. 5o, o Poder Executivo definiria a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- ✓ Aprimoramento da aptidão física da população;
- ✓ Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- ✓ Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- ✓ Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- ✓ Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

O Plano dava destaque ao conteúdo esportivo, sobretudo aos aspectos educacional e formativo. Na prática, acabou vingando o desenvolvimento do desporto em si.

A Educação Física Escolar passou por diversos momentos, teve certa importância política, reconhecimento legal, mas cabe indagar por que ela foi capaz de se consolidar, se legitimar como disciplina na escola, mas não junto aos pais e aos demais professores.

A Educação Física é oferecida na escola há muitos anos, sua prática foi calcada em ginástica e recreação e os objetivos definidos eram voltados para a construção de uma cultura que levasse o aluno a entender a importância daquela prática.

O que ficou faltando para que os alunos, hoje adultos, mantivessem sua vida ativa e tivessem uma leitura e compreensão diferente daquela que nos mostram como sendo uma disciplina segregacionista, elitista, excludente e promovida através de exercícios estereotipados? O que fez com que não compreendessem de fato o porquê da disciplina na escola, a não ser como intervalo das aulas teóricas, onde podiam gastar um pouco de energia, mudar a rotina escolar, ter um tempo de lazer? Na verdade essas foram as impressões que a Educação Física passou para os adultos de hoje. É assim que os Profissionais de Educação Física são vistos por Juízes, Secretários de Educação e de Esporte, a despeito do discurso formal de que é na escola que devemos construir uma cultura para uma vida ativa e que esta deva contribuir para a construção da cidadania plena.

Qual a justificativa apontada para a disciplina ser promovida uma, duas ou três vezes na semana? Qual o argumento para sua permanência enquanto fator contribuinte na interdisciplinaridade e na formação dos alunos?

Essas questões nos mostra a importância da realização desse trabalho. Com ele mostrar a realidade das escolas CEM 111 e CEM 804 do Recanto das Emas do conhecimento da categoria profissional, do planejamento coletivo e individual dos professores e refletir sobre essa prática nas suas aulas

A realização de atividades físicas ganha maior relevância a cada dia. Como lidar com esse novo desafio após tantos anos sob a repressão? Não há mais tempo a perder. Esta nova realidade e seus desafios já estão presentes nas escolas.

A Educação Física atravessa um momento crucial no Distrito Federal onde as escolas de ensino fundamental do 1º ao 5º ano já estão recebendo em fase de teste profissionais de educação física.

A LDB é muito clara em relação a intenção de que a Educação Física seja apenas uma prática esportiva e não uma disciplina inserida no contexto pedagógico e formativo da cidadania, com a finalidade de explicar a corporeidade, o sentido da qualidade de vida através de um estilo de vida ativo, que ofereça algumas vivências temáticas para que os alunos possam experimentar exercícios e práticas. A disciplina não pode estar calcada, nem justificada na prática, mas sim, pela sua finalidade.

2. METODOLOGIAS DE PESQUISA

Este estudo tem caráter descritivo, de abordagem qualitativa descritiva com o intuito de apontar soluções e sugestões que possam contribuir com a melhoria da qualidade do planejamento das aulas de Educação Física no Ensino Médio.

Por meio de pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário, análise e correlação de fatos foi possível identificar como estava sendo desenvolvidas as aulas de educação física pelo grupo de pesquisa. Procuramos descobrir a frequência com que são feitos os planos de aula pelos professores de Educação Física e que conhecimento os alunos tem sobre isso, correlacionando com as condições de trabalho e formação do educador, interesse do educando e outras características. Os dados foram coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito. A pesquisa descritiva foi trabalhada com a coleta de dados de pelo menos seis professores e dez alunos do Ensino Médio.

Área de Abrangência da pesquisa

O objeto de estudo e coleta de dados foram professores e alunos de duas escolas públicas de Ensino Médio, Centro de Ensino Médio 111 Recanto das Emas e Centro de Ensino Médio 804 Recanto das Emas. A pesquisa foi apresentada utilizando o questionário para garantir o anonimato dos sujeitos envolvidos

Definição da Amostra

A amostra foi composta por 8 estudantes de ambos os sexos, com faixa etária entre 14 e 17 anos, regularmente matriculados no Ensino Médio, 6 professores de Educação Física, de duas escolas da rede pública de ensino do Recanto das Emas, Distrito Federal.

Procedimentos na coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada durante as aulas de Educação Física nos locais e horários a elas destinados. Os questionários foram entregues pelo próprio pesquisador para os alunos e professores sendo recolhidos imediatamente após o seu preenchimento.

3. ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com oito alunos e quatro professores sendo metade do CEM 111 e a outra do CEM 804 do Recanto das Emas.

O primeiro questionário a analisar é o de professor, na pergunta: O que você entende como plano de aula? Todos entendem que plano de aula é um instrumento que usam para programar as aulas, que serve para nortear o conteúdo do dia a dia, o que não quer dizer que o mesmo não pode ser mudado na hora da aula, pois nem sempre a aula rende do jeito que foi programada no plano de aula.

Na pergunta: Na sua escola como você planeja? Todos os professores responderam que planejam em grupo e em casa, pois o tempo destinado as coordenações estão sendo ocupados com outros projetos e cursos da SEEDF. Todos ainda esclareceram que os conteúdos trabalhados nos planos de aula são aqueles previamente determinados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Em relação a forma que os professores percebem que seus alunos veem sua disciplina foi unânime as resposta e declararam que muitos ainda a veem como a hora de recreação, a hora de jogar bola, porém essa mentalidade está mudando devido ao maior compromisso dos profissionais em passar conteúdo teórico além de apenas o “jogar bola”. As mudanças tem que vir do professor, se o professor leva sua disciplina a sério e mostra que a educação física é uma área da saúde, mostrando e ensinando sobre assuntos do cotidiano, como doenças, transtornos, alimentação, dentre outros, com certeza, os alunos valorizarão a disciplina.

Todos os professores pesquisados declararam ter participado da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e que seus outros colegas também o fizeram.

A participação do gestor nas atividades relacionadas a Educação Física e as outras disciplinas nas duas escolas é ausente e nenhum professor pesquisado soube responder o porquê. A contribuição é feita unicamente na compra dos materiais esportivos para a prática das atividades sendo que no CEM 111 o número de materiais é superior e mais diversificado que no CEM 804 do Recanto das Emas.

O resultado encontrado no que diz respeito a contribuição para o trabalho do professor destacou-se a incidência de indisciplina na escola e a entrada de alunos na quadra e nos espaços destinados a prática de Educação Física fora de seu horário de aula, sendo unânime entre os professores que esse papel é do gestor de manter a ordem e o fluxo de alunos fora de sala.

Dos alunos entrevistados apenas dois não gostam de participar das aulas de Educação Física, não obstante, os dados obtidos diferem daqueles encontrados em estudos realizados com alunos do Ensino Médio, nos quais se constatou que as aulas de Educação Física não são tão motivantes quanto os alunos esperam, tendo um significativo percentual dos respondentes revelado pouco interesse em participar das aulas (CHICATI, 2000; MARTINELLI et al., 2006). Darido (2004) constatou, em investigação com alunos do Ensino Fundamental e Médio, que as aulas de Educação Física são consideradas animadas pelos alunos da 5ª série, e que esta opinião decai consideravelmente no Ensino Médio.

Já os que gostam de participar das aulas são porque gostam dos professores, acham as aulas dinâmicas, divertidas, até mesmo quando são teóricas. Evidencia-se, assim, que as aulas de Educação Física, por serem desenvolvidas fora de sala de aula, permitem, na maioria das vezes, que o aluno sintam-se liberado para se comportar de forma descontraída, sem o rigor exigido na maior parte do tempo em que permanecem sentados nos bancos escolares (PEREIRA, 2006).

Todos os entrevistados acreditam que as aulas de Educação Física teórica são importantes porque utilizam esse conteúdo na própria escola, aprendem com esse conteúdo, pois explica os fundamentos dos esportes, e com elas podem ter contato com este mesmo que superficialmente.

Foi perguntado aos alunos se eles conseguiam perceber se os professores faziam plano de aula, todos disseram que sim e que sabiam disso porque os professores demonstram segurança no que diz e mantêm coerência no decorrer da aula e que no CEM 111 do Recanto das Emas o plano anual é entregue aos alunos no primeiro bimestre para que todos possam se planejar para as aulas.

Do que se percebe da participação do gestor escolar no planejamento das aulas de Educação Física todos disseram que não há essa participação e que somente nas compras de materiais e que veem isso como mera obrigação.

As aulas de Educação Física para os alunos entrevistados são importantes para a melhoria do desempenho no dia a dia, desempenho físico, desenvolvimento do corpo e mente evitando o estresse e que pelo menos a escola oferece esse pequeno contato para aqueles que não a praticam fora do ambiente escolar.

Segundo os alunos entrevistados o que poderia ser mudado nas aulas de Educação Física seria o local e horário de uso, pois as duas escolas entrevistadas não possuem quadra coberta e os alunos sofrem muito com a exposição ao sol e temperaturas variadas.

As aulas serem realizadas em quadras esportivas e com atividades ligadas a esportes, como futsal, basquete e vôlei (predominantes no currículo escolar nesta realidade) destaca-se entre os fatores que motivam os alunos nas aulas de Educação Física. Nesta perspectiva, salientam-se os estudos realizados por Pozzobon, Folle e Souza (2006) e Pozzobon et al. (2006), os quais constataram que o principal motivo de insatisfação dos alunos, no contexto escolar, é o fato de eles terem que permanecer em sala de aula e terem que assistir às aulas teóricas. Bidutte (2001) revelou como um dos fatores motivantes nas aulas de Educação Física o conteúdo nelas trabalhado. Entre os fatores desmotivantes revezaram-se o local onde as aulas são ministradas e o conteúdo trabalhado.

CONCLUSÃO

Não é possível imaginar uma ação pedagógica sem planejamento, improvisada. O ato de planejar é intrínseco à educação (Padilha, 2001). O professor com claras ideias de seus objetivos e de sua responsabilidade para concretizá-los, deve planejar adequadamente suas tarefas (Alujas, 1980). Ter clareza em relação ao processo de construção do planejamento, dos meios para atingir os fins, da coerência com o PPP, do contexto sócio econômico, cultural, político e da participação coletiva nas tomadas de decisões.

Um engano que tem ocorrido na elaboração do planejamento é sua construção ocorrer de forma isolada pelo professor. Como resultado ou causa desta atitude temos um isolamento que faz com que cada um trabalhe por si só sem que se construa um projeto coletivo de escola, de educação e de formação.

Foi explicitado que o entendimento a respeito do PPP por parte das professoras de Educação Física não depende somente de um projeto individual de cada professor, mas também da busca coletiva de uma nova organização que considere cada escola, com suas particularidades e os contextos sociais próprios como base para elaboração e construção de um projeto.

Os professores consideram que as escolas precisam compreender que detêm autonomia legal para encaminhar propostas próprias, no entanto, requer maior envolvimento político e pedagógico de todos, para que ações propositivas e coletivas possam ser encaminhadas.

Os alunos se mostraram motivados a participar das aulas, principalmente pelo fato de estas serem realizadas fora do ambiente formal de sala de aula; no entanto, eventualmente o local nelas ministrado acaba por torná-las desmotivantes. Na opinião dos alunos, o ensino das aulas teóricas e práticas são importantes e conseguem perceber a ausência da gestão escolar na participação dos planejamentos.

As considerações aqui apresentadas são reflexões realizadas a partir das análises conduzidas no decorrer do estudo a respeito da importância do

planejamento como mecanismo fundamental e imprescindível para o bom desempenho e sucesso do trabalho pedagógico no cotidiano escolar que poderão tornar-se pontos para encaminhamentos de novas discussões e proposições para valorizar o trabalho realizado por professores de Educação Física envolvidos com o trabalho e práticas pedagógicas coletivas.

REFERÊNCIAS

ALUJAS, A J.M. Accion Docente Del Professor de Educação Física. Em; apuntes de Medicina esportiva. Vol. XVII, nº 68, 1980

ARCANJO, Fernanda; HANASHIRO, Midori. A história da educação no Brasil. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal**. Revista Educação & Sociedaden. 80 Campinas: CEDES, 2002.

AZEVEDO, Fernando. Da Educação Física. 1 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1920.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale et al. Coordenação de tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. vol. 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: D. União, 23, dez., 1996.

Brasília: D. União

CAMARGO, R. B. e ADRIÃO, T. **Princípios e processos da gestão democrática do ensino**: implicações para os Conselhos Escolares. Revista Chão de Escola. Curitiba: SISMMAC, v. 2, p. 28-33, outubro de 2003.

CHICATI, K. C. Motivação nas aulas de educação física no ensino médio. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 97-105, 2000.

CÓRDOVA, Rogério de A. **Educação brasileira: processos e trabalho**. Brasília : PIE/UnB/FE, 2003. Módulo V, v. 1.

CURY, Carlos R. Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 61-80, jan./mar. 2004.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, VEIGA. Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Marcia. A. da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

GONÇALVES, Nadia G. Constituição histórica da educação no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2011.

GANZELI, Pedro. **O processo de planejamento participativo da unidade escolar. Política e gestão educacional**. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/gestao.html>. Acesso em: 20 jan. 2010.

GOMES, A. C. Cândido. **Conselhos de Educação: luzes e sombras**. Revista de Educação AEC, Brasília: v. 32, n. 129, p. 86-98, out./dez. 2003.

GRACINDO, Regina V. Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento, In: A. M. SILVA & M. A. AGUIAR (orgs.) **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004.

GUARINELLO, Norberto L. Cidades-estados na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, M. Osório. **Os paradigmas da educação**. RBEP, Brasília: MEC/INEP, v. 73, n. 175, p. 547-565, set./dez. 1992.

MARTINELLI, C. R. et al. Educação física no ensino médio: motivos que levam as alunas a não gostarem de participar das aulas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 13-19, 2006.

MELLES, Carlos. entrevista para o Jornal ESTADO DE MINAS. Caderno de Esportes. 18 de agosto de 2000.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos Sociais e Sociedade Complexa**. Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, nº.2, p.11-32, abril 1997.

MENDONÇA, Erasto F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: Lapplane, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Brasília : DF, 2004. p. 23-27.

NÓVOA, António. **O professor, a escola e as mudanças educacionais**. Jornal Currículos 2002 - Textos Reflexivos. São Paulo, GRUHBAS -Projetos Educacionais e Culturais, agosto de 2004.

NUNES, A. C. **Gestão democrática ou compartilhada?** Uma (não) tão simples questão de semântica. Revista Caderno Pedagógico. no 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999. P. 37-40.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PEREIRA, M. G. R. A Motivação nas aulas de educação física: um enfoque no ensino médio. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Vera M.; RIBEIRO, Vanda M.; GUSMÃO, Joana B. de. **Indicadores de qualidade para a mobilização da escola**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, jan./abr., 2005.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados**. In: Escola de Gestores da educação básica. 2. ed. 2009. CD-ROM.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba : Ed. da UFPR. 2005, p.15-22.

SUCUPIRA, Newton Lins B. **Relações entre o Conselho Federal de Educação e**

os Conselhos Estaduais. Rio de Janeiro: Documenta, n. 21, v. 2, dez. 1963.

TOSCHI, Mirza S.; FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João F. **A relação entre o plano de desenvolvimento da escola (PDE) e o projeto político-pedagógico da escola (PPP): concepção e avaliação.** Goiânia, 2004, mimeo 12p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico— elementos metodológicos para a elaboração e a realização. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2006 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1).

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: **Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 9. ed. São Paulo: Libertad, 2006. p. 14-64.

VASCONCELLOS, Pe. José de. **A Lei de Diretrizes e Bases e as esferas de competência: federais, estaduais e municipais.** Rio de Janeiro: Documenta, n. 20, nov. 1963.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico** . Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 2ª ed., Campinas, SP: Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma Passos A; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

VIERA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola. Brasília: Líber Livro, 2009. (Série Formar)

APÊNDICES

APENDICE A: Questionário com os profissionais de educação

QUESTIONÁRIO I PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO (PROFESSOR)

1. O QUE VOCÊ ENTENDE COMO PLANO DE AULA?

2. NA ESCOLA COMO VOCÊ PLANEJA?
A () PLANEJO MINHAS AULAS SOZINHO(A);
B () PLANEJO COM OUTRO PROFESSOR;
C () NÃO ME ENVOLVO COM O PLANO DE AULA.
3. O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZA SEU HORÁRIO DE COORDENAÇÃO PARA ESTUDOS NA SUA ÁREA?
A () SIM
B () NÃO
C () AS VEZES
SE NÃO, EM QUAL HORÁRIO ELE É UTILIZADO?

4. COMO VOCÊ ACHA QUE OS ALUNOS VEEM AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

5. O QUE PODERIA SER MUDADO NA SUA ESCOLA QUE CONTRIBUÍRIA PARA MELHORIA DA REALIZAÇÃO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

6. O GESTOR DE SUA ESCOLA PARTICIPA DO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A EDUCAÇÃO FÍSICA?
A () SIM
B () NÃO
C () AS VEZES
SE NÃO, VOCÊ SABE PORQUE?

7. OS PROFESSORES DE SUA ESCOLA PARTICIPAM DA ELABORAÇÃO DO PPP?
A () SIM
B () NÃO
C () AS VEZES
SE NÃO, VOCÊ SABE PORQUE?

8. VOCÊ ACREDITA QUE PLANEJANDO AS AULAS O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ALCANÇA DE MANEIRA LÚDICA SEUS OBJETIVOS?

-
-
9. QUAIS SÃO AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA QUE OS ALUNOS VALORIZEM AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

-
10. COMO O GESTOR PODE CONTRIBUIR PARA O TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, TENDO EM VISTA FORMAR O ALUNO UM BOM CIDADÃO?

APENDICE B: Questionário com os alunos**QUESTIONÁRIO II
ALUNOS**

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

A () SIM

B () NÃO

C () AS VEZES

JUSTIFIQUE _____

2. VOCÊ ACREDITA QUE AS AULAS TEÓRICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SÃO IMPORTANTES?

A () SIM

B () NÃO

JUSTIFIQUE _____

3. VOCÊ CONSEGUE PERCEBER QUE SEU PROFESSOR PLANEJA A AULA QUE ELE ESTÁ APLICANDO?

A () SIM

B () NÃO

C () AS VEZES

JUSTIFIQUE _____

4. QUAL A PARTICIPAÇÃO QUE SEU DIRETOR OU EQUIPE GESTORA TEM NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

5. QUAL A IMPORTANCIA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA VOCÊ?

6. O QUE VOCÊ MUDARIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?
